

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Negociações Internacionais
Período de Análise: março de 2011.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro
Carta Capital
Agroanalysis
Biodiesel Br

Índice

Uma nova pauta Brasil-China- Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 03/03/2011	3
O Brasil e o Tribunal de Haia -Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 03/03/2011	4
BNDES já empresta três vezes mais que o Banco Mundial – Capa – O Estado de São Paulo – 10/03/2011	5
BNDES empresta 391% mais em 5 anos e supera em três vezes o Banco Mundial- Ricardo Leopoldo – Economia – O Estado de São Paulo – 10/03/2011	5
Empréstimo ao BNDES é criticado- Mônica Ciarelli e Raquel Landim – Economia – O Estado de São Paulo – 10/03/2011.....	7
ONU considera Brasil um exemplo para o mundo em desenvolvimento sustentável - Maiesse Gramacho – O Globo - 11/03/2011	8
O Brasil e a Rodada Doha- Roberto Azevedo – Economia – O Estado de São Paulo – 16/03/2011	9
Inserção internacional do agro – caminho sem volta – André Meloni Nassar – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 16/03/2011.....	10
Grupo chinês vai investir R\$ 4 bilhões em processamento de soja na Bahia – Tiago Décimo – Negócios – O Estado de São Paulo – 19/03/2011	12
O novo diálogo Brasil-EUA –Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 21/03/2011	13
Mais barreiras argentinas – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 22/03/2011	14
Mercosul –20 anos que transformaram o Cone Sul – Héctor Timerman, Antonio Patriota, Jorge Lara Castro e Luis Almagro – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 26/03/2011	15
Mercosul faz 20 anos sem comemorar – Ariel Palacios – Economia – O Estado de São Paulo – 26/03/2011	17
Mercosul – ou vai ou racha- O Estado de São Paulo – Opinião – Paulo Nicola Venturelli , Pedro de Camargo Neto e Renato Henz	18

Uma nova pauta Brasil-China- Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 03/03/2011

A visita da presidente Dilma Rousseff à China, em abril, será uma boa oportunidade para os governos passarem a limpo a cooperação comercial e econômica entre os dois países. O comércio bilateral atingiu R\$ 56 bilhões no ano passado. Os chineses consolidaram sua posição como principais parceiros comerciais do Brasil, favorecido em 2010 por um superávit de R\$ 5 bilhões. Apesar desse resultado, explicável em boa parte pelos altos preços dos produtos básicos, a parceria é insatisfatória: até agora, Pequim tem ditado os termos da relação, de acordo com seus objetivos, suas políticas e suas práticas comerciais contestadas na maior parte do mundo. A ideia de uma política de defesa mais ativa, sustentada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, não é mero capricho nem sinal de uma vocação protecionista.

A China tornou-se a maior fonte de receita comercial do Brasil, superando os grandes mercados tradicionais, porque a economia chinesa consome volumes enormes de minérios e de produtos agropecuários. Nos dois setores a produção brasileira é uma das mais competitivas do mundo.

Em contrapartida, a indústria da China vem ocupando espaços crescentes no mercado brasileiro, graças a um poder de competição reforçado, em grande parte, pelo câmbio depreciado e por esquemas de formação de preços nem sempre muito claros.

A China obviamente não é uma economia de mercado, embora o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha anunciado, há anos, a disposição de reconhecê-la como tal. Mas esse passo não foi dado até hoje, para desgosto do governo chinês, porque nem o ingênuo terceiro-mundismo da diplomacia lulista poderia desconhecer as evidentes características da produção chinesa. Autoridades de Pequim têm cobrado aquele reconhecimento e o assunto será lembrado, quase certamente, durante a visita da presidente Dilma Rousseff.

O lado brasileiro, no entanto, tem motivos muito mais fortes de insatisfação. O ministro Fernando Pimentel anunciou nesta semana a disposição de adotar regras mais severas para o ingresso de produtos importados – como critérios de segurança iguais àqueles impostos aos produtores nacionais. Brinquedos importados, por exemplo, só são sujeitos a controles desse tipo quando já estão nas lojas. Não se trata, ressalvou, de restrições dirigidas especialmente a produtos chineses, e seria estranho se ele adotasse outra linguagem. Mas as práticas chinesas, como a triangulação comercial para contornar barreiras antidumping, foram dos assuntos principais de sua entrevista ao jornal *Valor* publicada ontem.

O objetivo não é estabelecer um confronto com a China, esclareceu o ministro, mas liquidar os pequenos contenciosos e construir relações estratégicas de longo alcance. A mera complementaridade não resolveria o problema: por enquanto, como lembrou Pimentel, esse tipo de relação tem sujeitado o Brasil à condição de exportador de commodities e importador de bens industriais comercializados em condições nada equitativas.

O ministro tem razão, mas, para mudar esse quadro, será preciso abandonar claramente as noções ingênuas de parceria estratégica formuladas no governo anterior e passar a limpo, com muita firmeza, os termos da cooperação bilateral. A adoção de medidas

como as indicadas pelo ministro poderia tornar mais clara a disposição brasileira de iniciar um novo diálogo bilateral.

Mas o governo ainda não parece haver definido uma estratégia. Dois ministros brasileiros – Pimentel e seu colega de Relações Exteriores, Antônio Patriota – começam hoje contatos com autoridades chinesas, em diferentes cidades. Ambos devem preparar a visita da presidente Dilma Rousseff, mas suas agendas foram organizadas separadamente e por meio de diferentes órgãos do governo federal. Os compromissos do chanceler foram acertados pela embaixada em Pequim. Os do ministro do Desenvolvimento, pela Apex, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Será essa a melhor maneira de preparar uma nova etapa de cooperação com os chineses?

O Brasil e o Tribunal de Haia –Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 03/03/2011

Em março de 2005, o Brasil se absteve de votar a favor de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que condenava o governo islâmico do Sudão pelos massacres cometidos nos dois anos anteriores contra a população da província separatista de Darfur, matando 300 mil civis (muitos deles cristãos) e transformando mais de 2 milhões em refugiados.

A posição brasileira foi uma resposta à insistência dos EUA em excluir da ação que se seguiria no Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia cidadãos de países que não aderiram ao Tratado de Roma, de julho de 1998, o qual deu origem ao TPI. Foi o caso dos próprios EUA, de Israel e do Sudão. De toda maneira, a resolução passou e surtiu efeito.

Em 2008, a Corte abriu processo por genocídio e crimes de guerra contra o presidente sudanês Omar Hassan al-Bashir e três membros do seu governo. Foi a primeira vez que o Tribunal, instalado em 2002, se pôs a julgar um governante no exercício do poder. Bashir assumiu o governo em 1993 e nele se mantém até hoje. O processo ainda não terminou.

No sábado passado, a divergência entre Brasília e Washington sobre a jurisdição do TPI teve um desfecho diferente. Os EUA enxertaram no corpo da Resolução 1.970, contendo as primeiras sanções efetivas do Conselho de Segurança contra o regime de Muamar Kadafi na Líbia, um parágrafo que excluiria da alçada do Tribunal de Haia os 34 países que firmaram, mas não ratificaram o Tratado de Roma. São parte do TPI 114 Estados.

Desta vez, porém, o Brasil seguiu um caminho mais assertivo. “Em face da gravidade da situação na Líbia e da urgente necessidade de o Conselho enviar uma mensagem forte e unificada”, disse na sua declaração de voto a chefe da representação brasileira, embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, “minha delegação aprovou a resolução”. A diplomata não deixou, contudo, de reiterar o duradouro apoio do Brasil à “integridade e universalidade” do Tratado de Roma e a oposição às iniciativas para limitar a jurisdição do TPI aos cidadãos das nações que ratificaram o documento.

Não há como lhe negar razão. O Tribunal é a primeira instituição permanente criada por amplo acordo internacional para não deixar impunes os perpetradores de crimes contra a humanidade, como o genocídio. A sua raiz está nos Tribunais de Nuremberg e Tóquio,

criados depois da 2.^a Guerra Mundial pelos aliados para julgar os responsáveis pelos monstruosos crimes cometidos pelo nazismo alemão e o militarismo japonês.

Meio século depois vieram outros tribunais ad hoc para levar ao banco dos réus os mandantes e executores de atrocidades em massa na antiga Iugoslávia e em Ruanda. O iugoslavo Slobodan Milosevic morreu na prisão em 2006 antes do término do seu processo. Em 50 julgamentos, 29 ruandeses foram condenados. Onze outros processos continuam.

Mas essas cortes tratam de crimes cometidos durante um dado período em um conflito específico. Essa limitação só poderia ser superada pela instituição de um órgão internacional permanente—e independente. OTPI, que resultou da costumeira impunidade dos culpados pelos assassinatos em massa por motivos políticos, étnicos e religiosos, não é um organismo da ONU. É sustentado pelos países que fazem parte do Tratado de Roma e por contribuições voluntárias de entidades e doações individuais.

Os EUA rejeitam esse tribunal, embora sejam os primeiros a denunciar violadores de direitos humanos – nem todos, é bem verdade. O Irã, seu inimigo, está na lista; a Arábia Saudita, sua aliada, está fora. A razão por que Washington contesta a legitimidade da Corte é um segredo de Polichinelo: os crimes de guerra de que podem ser acusados os seus comandantes e as suas tropas no Iraque e Afeganistão, a entrega (*rendition*) de prisioneiros suspeitos de ligações com movimentos terroristas a governos que os interrogarão sob tortura— e a mera existência de Guantánamo. O momento, disse a representante brasileira no Conselho de Segurança, é de “ fortalecer o papel do Tribunal”.

BNDES já empresta três vezes mais que o Banco Mundial – Capa – O Estado de São Paulo – 10/03/2011

Em 2010, banco brasileiro concedeu US\$ 96,32 bi, ante US\$ 28,85 bi do Bird

O BNDES emprestou no ano passado US\$96,32 bilhões, mais que o triplo dos US\$28,85 bilhões concedidos pelo Banco Mundial (Bird). Com a crise global, bancos estatais e instituições multilaterais incrementaram sua participação na economia. O ritmo do banco brasileiro, no entanto, foi bem superior ao do Bird.

Entre 2005 e 2010, os empréstimos do BNDES cresceram 391% em dólar, enquanto os do Bird avançaram 196%. O banco brasileiro já emprestava mais que o Banco Mundial em 2005 – foram US\$ 19,6 bilhões, ante US\$ 9,72 bilhões do Bird. O governo estima queda nos desembolsos do BNDES em 2011, para US\$ 82,86 bilhões, porque a economia está aquecida.

BNDES empresta 391% mais em 5 anos e supera em três vezes o Banco Mundial- Ricardo Leopoldo – Economia – O Estado de São Paulo – 10/03/2011

No ano passado, banco de fomento concedeu US\$ 96,32 bilhões em empréstimos, enquanto o Banco Mundial emprestou US\$ 28,85 bilhões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) empresta hoje o triplo do Banco Mundial (Bird). No ano passado, o banco brasileiro concedeu US\$ 96,32 bilhões em empréstimos, valor 3,33 vezes superior aos US\$ 28,85 bilhões do Bird.

Com a crise global, os bancos estatais e as instituições financeiras multilaterais aumentaram sua participação na economia. O ritmo do banco brasileiro, no entanto, foi bem superior ao do Bird. Entre 2005 e 2010, os empréstimos do BNDES cresceram 391% em dólares, enquanto os do Bird avançaram 196%.

Vale ressaltar, no entanto, que mesmo cinco anos atrás o banco brasileiro já emprestava mais do que o Banco Mundial. Em 2005, o BNDES concedeu US\$ 19,6 bilhões em empréstimos, o dobro dos US\$ 9,72 bilhões do Bird.

O governo brasileiro estima uma queda nos desembolsos do BNDES em 2011 para US\$ 82,86 bilhões (ou R\$ 145 bilhões). Ao contrário da época de crise, a economia hoje está aquecida e a equipe econômica tenta conter a inflação. Ainda assim, o Tesouro anunciou na última quinta-feira um novo empréstimo de R\$ 55 bilhões para o BNDES este ano.

De acordo com o chefe do departamento econômico do BNDES, Fernando Puga, o avanço dos financiamentos concedidos pelo banco está diretamente relacionado ao crescimento da economia brasileira. Em 2010, o Brasil se tornou a sétima economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu 7,5% e atingiu R\$ 3,6 trilhões.

Puga destaca que os investimentos no País cresceram com a colaboração do BNDES. Os investimentos que contaram com a participação do banco oficial chegaram a R\$ 987 bilhões entre 2006 e 2009.

Esse montante deve subir, segundo o presidente do banco, Luciano Coutinho, para R\$ 1,6 trilhão até 2014. “A concessão de empréstimos pelo BNDES, que atende a todos os setores, ocorre com controle, o que gerou um nível de inadimplência de 0,2% em 2010 e 2009”, disse Puga.

Subsídios. Os especialistas, no entanto, divergem sobre o impacto do crescimento do BNDES para a economia. Enquanto alguns ressaltam o estímulo aos investimentos, outros criticam o custo fiscal para os contribuintes e a restrição imposta à política monetária.

Desde 2008, incluindo o novo empréstimo anunciado na semana passada, o Tesouro repassou R\$ 291 bilhões ao BNDES para garantir o crescimento dos seus desembolsos. Há um subsídio embutido nesses empréstimos, porque o Tesouro capta o dinheiro pagando a taxa Selic (11,75%), enquanto o BNDES empresta cobrando TJLP (6%).

O governo nunca divulgou o valor desse subsídio. Cálculo feito pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Mansueto Almeida, aponta que a conta para os contribuintes brasileiros está em torno de R\$ 20 bilhões por ano.

Para o professor da PUC-RJ, José Márcio Camargo, “há uma apropriação de recursos da sociedade pelos empresários que tomam empréstimos no BNDES”. Outro problema apontado pelos economistas é que, ao garantir o crescimento do investimento via BNDES, o governo torna mais dura a tarefa do BC de desaquecer a economia.

Já o professor da Unicamp Fernando Sarti ressalta que, sem o BNDES para atuar em projetos de longo prazo, a taxa de investimento do País seria bem menor. “Quem investe em estradas, rodovias e hidrelétricas no Brasil se não tiver a participação do BNDES? Poucos”, diz.

Empréstimo ao BNDES é criticado- Mônica Ciarelli e Raquel Landim –Economia – O Estado de São Paulo – 10/03/2011

Luiz Carlos Mendonça de Barros diz que o governo mostra que não tem compromisso em combater a inflação ao injetar R\$ 55 bi no banco

O empréstimo de R\$ 55 bilhões ao BNDES anunciado pelo Tesouro Nacional foi duramente criticado ontem pelo ex-presidente do banco, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Segundo ele, a medida só mostra que o governo “não tem compromisso nenhum com o combate à inflação”.

Mendonça de Barros, que hoje é economista-chefe da Quest Investimentos e é ligado ao PSDB, classifica como equívoco a capitalização do banco no momento em que a lógica recomenda uma redução no ritmo de crescimento da economia brasileira.

“É uma contradição falar em corte fiscal de R\$ 50 bilhões e do outro lado injetar R\$ 55 bilhões no BNDES”, argumentou. O ex presidente do banco no governo tucano afirmou ainda que esses aportes tiram a legitimidade do BNDES, que tem como missão oferecer financiamentos de longo prazo a segmentos não atendidos pelo setor privado.

Segundo ele, o governo atual repete erros passados, como a emissão de títulos para viabilizar a transferência de recursos para instituições públicas. “O que se faz hoje com o BNDES é

igual ao que se fazia com a conta movimento no passado. Ao invés de usar o Banco do Brasil, agora usam o BNDES”, afirmou o economista em referência a extinta modalidade de repasse utilizada pelo Banco Central para injetar recursos no BB.

O executivo lembra que a conta movimento foi extinta em 1986, durante o governo do presidente José Sarney. “Não se pode viver de títulos emitidos pelo Tesouro. (...) Eles acham que estão aumentando a importância do BNDES, mas, estão é desvirtuando”, reclamou.

Mendonça de Barros também não poupou críticas ao que chamou de erro de concepção do BNDES: o fomento a formação de grandes empresas no País.

Ele citou o esforço que o banco fez para viabilizar a criação da JBS. “Qual a importância de se ter um frigorífico com presença mundial? Zero”, afirmou. Para o economista, “não se cria uma multinacional da noite para o dia” e o BNDES deveria estar mais focado em ampliar sua atuação em segmentos como o financiamento de máquinas e equipamentos e as exportações, segmentos onde o setor privado não atua de forma mais intensa.

Preconceito. Para o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rogério César de Souza, “existe um preconceito como BNDES” no País. Ele argumenta que não é possível hoje abrir mão do banco estatal no financiamento do investimento, principalmente de longo prazo.

“O investimento é a variável que não pode recuar se quisermos um crescimento sustentável de longo prazo”, diz Souza. Ele ressalta que os investimentos já perderam ritmo no fim do ano passado.

A taxa de investimento subiu 0,7% no quarto trimestre, uma desaceleração em relação aos

4% do primeiro trimestre, 3,9% do segundo trimestre e 3,1% do terceiro. A comparação é sempre com o trimestre anterior, livre de influências sazonais.

O economista também discorda da tese de que os repasses para o BNDES ajudam a turbinar a inflação, levando o Banco Central a subir mais os juros.

Souza ressalta que as medidas do BC de restrição ao crédito vão desacelerar o consumo. Além disso, afirma que a inflação no País não é apenas resultado do aquecimento da demanda, mas também da alta das commodities, que encarece os custos das empresas. “Nesse caso, não adianta o BC subir a taxa de juros”, disse.

ONU considera Brasil um exemplo para o mundo em desenvolvimento sustentável - Maiese Gramacho – O Globo - 11/03/2011

Em reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável nesta semana, em Nova York (EUA), o secretário-geral do evento disse que o Brasil "tem mostrado ao mundo como colocar em prática o desenvolvimento sustentável". Sha Zukang disse, ainda, que a Rio+20 - como está sendo chamado o encontro que ocorrerá no Rio de Janeiro em junho de 2012 - é "a chance de a humanidade se comprometer com a transição para uma economia verde".

Zukang, que também exerce o cargo de subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, acredita que a conferência dará à comunidade internacional uma oportunidade única para construir um modelo de desenvolvimento econômico global destinado a melhorar a vida das pessoas e garantir a equidade social, reduzindo os riscos ambientais e a escassez ecológica.

O Brasil foi escolhido para sediar a cúpula mundial de desenvolvimento sustentável porque, nos últimos 20 anos, registrou um crescimento econômico histórico, com avanços na erradicação da pobreza e na conservação ambiental. Em 1992, o País sediou uma conferência semelhante, a Rio 92.

Cúpula da Terra - Em entrevista coletiva no encerramento do evento preparatório desta semana, na terça-feira (8/3), Sha Zukang informou que trabalhará em estreita colaboração com as autoridades brasileiras para assegurar que a Rio+20, também chamada de Cúpula da Terra, seja um sucesso.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, diretor-geral do Departamento de Meio Ambiente e Assuntos Especiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, participou da coletiva em Nova York e disse que a conferência será uma oportunidade para a comunidade internacional fazer um balanço dos progressos alcançados nos três pilares do desenvolvimento sustentável - crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental -, bem como abordar os desafios emergentes.

A terceira reunião da Comissão Preparatória da Rio+20 será realizada de 28 a 30 de maio de 2012, pouco antes da conferência, prevista para ocorrer de 4 a 6 de junho de 2012.

Resultados - Perguntado sobre o que a comissão prevê como resultados da conferência, Sha Zukang disse esperar que os Estados-membros cheguem a um documento que abranja três objetivos: renovar o compromisso político para o desenvolvimento sustentável; identificar os avanços e obstáculos para atingi-lo; e enfrentar os desafios emergentes. Segundo ele, muito já tem sido feito na conservação ambiental, mas o quadro institucional para alcançar o desenvolvimento sustentável ainda permanece fragmentado.

Zukang disse, ainda, esperar mais empenho dos países participantes para assegurar o financiamento e a tecnologia necessários para a construção de uma economia verde.

O Brasil e a Rodada Doha- Roberto Azevedo – Economia – O Estado de São Paulo – 16/03/2011

O Brasil trabalha em Genebra para um desfecho favorável nas negociações da Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC). É de nosso interesse fortalecer um sistema internacional de comércio que seja baseado em regras claras e justas e que ofereça oportunidades de expansão à economia brasileira.

As negociações se estendem há dez anos. Em julho de 2008, estivemos perto da conclusão da rodada, com base em conjunto relativamente equilibrado de concessões recíprocas –que o Brasil estava pronto a aceitar– sobre tudo em disciplinas e condições de acesso a mercados para bens agrícolas e industrializados, assim como serviços. Mas o ciclo de negociações não se fechou naquele ponto em razão de diferenças tópicas entre os principais países, em particular sobre o mecanismo de salvaguardas agrícolas destinadas a proteger agricultores em países em desenvolvimento.

Na esteira da Reunião de Cúpula do G-20 de Seul, os membros da OMC decidiram, em novembro de 2010, dar novo ímpeto à rodada, com vistas a uma possível conclusão em 2011. Desde então, intensificaram-se as negociações. A disposição do Brasil para a negociação segue inalterada, sempre com base no mandato original da rodada e nos entendimentos alcançados até julho de 2008.

Nos últimos dois anos, países desenvolvidos – em particular os EUA –, ao alegar dificuldades internas para viabilizar concessões na rodada, passaram a sustentar que o pacote de 2008 deixou de ser equilibrado e que, para corrigir essa situação, os países emergentes – Brasil, China e Índia – teriam de fazer concessões adicionais sem rebaixas tarifárias para bens industrializados e em liberalização em serviços.

Ao Brasil não cabe julgar o que outros países são capazes ou estão dispostos a oferecer. Temos, todavia, a obrigação de reiterar nossa perspectiva. Mudar as regras em avançada etapa do jogo compromete o equilíbrio das negociações. As demandas adicionais apresentadas ao Brasil descaracterizam por completo o mandato original da chamada “Rodada do Desenvolvimento” e ignoram as evidentes assimetrias econômicas e sociais existentes entre diferentes países.

Chegamos, em julho de 2008, anos ao limite de concessões. Pela fórmula então aprovada, as tarifas de importação hoje vigentes no Brasil seriam reduzidas em 33%, em setores estratégicos e fonte importante de empregos tais como automóveis, têxteis, vestuário, calçados e brinquedos. Diversos estudos apontam que, como pacote atual, nossa abertura na área industrial criará maior volume proporcional de comércio do que em quase todos os demais membros da OMC individualmente. Maior, sem dúvida, que o volume gerado por qualquer dos desenvolvidos. Desconsiderar ou mesmo minimizar nossas concessões não é razoável.

Neste cenário, há que atentar para as crescentes assimetrias entre moedas. Trata-se, evidentemente, de questão complexa em que interagem diversos fatores. Entre estes, um dos mais relevantes são as políticas monetárias e fiscais excessivamente frouxa sem alguns países desenvolvidos. No Brasil, a valorização do real tem concorrido para reduzir a competitividade das exportações e erodir a proteção conferida pelas tarifas de importação. Entre 2006 e 2010, o saldo comercial em produtos industrializados caiu de superávit de US\$ 14,5 bilhões para déficit de US\$ 33,5 bilhões, representando uma deterioração de US\$ 48 bilhões em apenas quatro anos. Os EUA, por exemplo, são grandes beneficiários da apreciação do real: o superávit de US\$ 9,9 bilhões no comércio bilateral de bens industriais, em 2006 transformou-se, em 2010, em déficit de US\$ 7,8 bilhões.

Aproxima-se a hora de decisões críticas sobre a Rodada Doha. O Brasil continuará a perseguir uma conclusão exitosa das negociações. Não se trata, porém, de compromisso em aberto. Acreditamos que o delicado equilíbrio de julho de 2008 ainda é a única rota de voo capaz de conduzir a aterrissagem segura. Já não há espaço ou tempo para pedidos de concessões desproporcionais e não recíprocas.

Inserção internacional do agro – caminho sem volta – André Meloni Nassar – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 16/03/2011

Para refrescar a memória, no mês passado discuti o papel do Brasil como fornecedor para um mundo sedento por produtos agropecuários. Segundo as projeções da Organização Mundial para Agricultura e Alimentos (FAO), até 2030 o mundo precisará, para atender à demanda, produzir mais 34% de carne bovina, 47% de carne suína, 55% de carne de frango, 59% de açúcar, 19% de arroz, 29% de milho e 49% de soja, em relação ao que produz hoje. Assumindo que o Brasil continuará ganhando participação de mercado como fornecedor, nosso crescimento será de 49% na carne bovina, 48% na carne suína, 77% na carne de frango, 65% no açúcar, 16% no arroz, 83% no milho e 98% na soja, comparando a produção de hoje com a projetada para 2030.

As exportações brasileiras, portanto, continuarão crescendo. Até 2030 o Brasil deverá exportar mais 81% de carne bovina, 56% de carne suína, 122% de carne de frango, 66% de açúcar, 15% de arroz, 108% de milho e 140% de soja, em relação ao que exporta hoje. Com exceção do arroz, em todos os produtos o crescimento das exportações será maior do que a produção, ou seja, a inserção do agro brasileiro no mundo vai-se intensificar.

As exportações desses produtos somaram US\$ 38,5 bilhões em 2009, cerca de 50% da pauta exportadora do agro. A preços constantes de 2009, a receita de exportação com esses produtos chegará, em 2030, à casa dos US\$ 65 bilhões (mais do que o dobro de hoje). Em 2030, portanto, o Brasil deverá ser do tamanho dos EUA no mercado internacional de produtos do agro. Todo esse crescimento de exportações, é preciso que se diga, ocorrerá em canibalizar o mercado doméstico brasileiro.

Esses números comprovam duas coisas: que o aumento da inserção internacional do agro brasileiro é um caminho sem volta e que o agro continuará sendo um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira.

Isso é bom ou ruim para o Brasil? Depende do ponto de vista. No meu e, como deveria ser no da maioria dos brasileiros, é bom.

É bom porque a expansão do agro traz desenvolvimento regional para o Brasil. Não existe forma mais rápida de promover a economia local de cidades distantes dos grandes centros consumidores do que por meio da produção agropecuária e florestal. Sem ignorar os problemas, salta aos olhos o desenvolvimento de diversas cidades que deslancharam com suas economias baseadas no agro e seus empreendedores.

É bom para o Brasil porque o agro produtivo utiliza tecnologia e, assim, demanda insumos e máquinas estimulando o crescimento, ou até mesmo o aparecimento, de novos setores, e muito deles são intensivos em capital e têm alto conteúdo tecnológico. O agro produtivo, como qualquer setor da economia brasileira, é cada vez mais intensivo em serviços, gerando empregos indiretos atraindo mão de obra.

O produto do agro precisa ser comercializado (no Brasil ou no mercado internacional) e industrializado no Brasil. É bom para o País, então, porque atrai investimentos de brasileiros e estrangeiros que veem oportunidades de remunerar seu capital e, assim, investem em frigoríficos, fábricas de ração, estruturas de armazenagem, indústrias de processamento, infraestrutura de transporte, etc.

É bom porque gera empregos diretos de qualidade. O agro certamente não é o setor mais dinâmico em geração de empregos diretos, mas é um dos que, na margem, gera cada vez mais empregos de qualidade. E, para o bem do País, o nível de formalidade no agro vem crescendo, comprovando que os novos postos de trabalho criados são muito melhores do que os do passado.

É bom porque o agro transfere renda ao consumidor urbano. Com ganhos de produtividade acima da média de muitos setores industriais, os custos do agro caem em termos reais, liberando renda para as pessoas gastarem com outros produtos. É bom também porque, produzindo sempre mais do que a demanda doméstica, o agro garante ao consumidor brasileiro que ele vai comprar um produto com preço mais barato do que os consumidores dos países importadores.

É bom porque o agro do futuro já é melhor do que o do presente. O agro extrativista está em decadência, o agro produtivo está em crescimento. Não só porque os compromissos do agro com as questões ambientais e sociais serão cada vez maiores, mas porque produzir bem e eficientemente deixou de ser uma questão individual de cada produtor que quer ganhar dinheiro, e passou a ser solução para aumentar a produção num mundo ainda faminto e com escassez de recursos naturais.

É bom para o Brasil porque é bom para o mundo. Vamos imaginar que o crescimento da exportação brasileira de 2009 a 2030 seja metade do mencionado no início do artigo. Assumindo que a demanda mundial se mantém, o aumento nos preços mundiais seria de 27% na carne bovina, 30% na carne de frango, 57% no açúcar, 8% no milho e 31% na soja. Será que a economia mundial aguentaria tamanho aumento de preços nos produtos do agro? O consumidor brasileiro, obviamente, não passaria incólume por esse aumento. A participação do Brasil no mercado internacional já é suficientemente grande para causar enormes impactos nos preços, caso o País não consiga expandir a produção de acordo com a demanda mundial.

A única forma possível de frear o crescimento do agro é frear a demanda mundial por produtos agroindustriais. Pelo menos até 2030, a menos que a FAO esteja errada, essa não parece ser uma opção aceitável. Precisamos pensar em como nos conduziremos neste longo caminho até 2030, maximizando os benefícios da expansão para a sociedade, e não só para quem produz, e minimizando os impactos no meio ambiente. Explorar as vantagens comparativas do agro brasileiro é uma condição para o desenvolvimento sustentável do Brasil, e não uma condenação, como dizem alguns. Legislação inteligente e novas tecnologias certamente fazem parte da solução.

Grupo chinês vai investir R\$ 4 bilhões em processamento de soja na Bahia – Tiago Décimo – Negócios – O Estado de São Paulo – 19/03/2011

O grupo chinês Chongqing Grain Group Corporation Limited Liability Company anunciou ontem investimentos de R\$ 4 bilhões para construção de um polo industrial de esmagamento e refino de óleo de soja e de escoamento de produtos a ser instalado em Barreiras, no oeste da Bahia. O anúncio foi feito durante reunião entre executivos da empresa e representantes do governo baiano, realizada em Salvador.

A assinatura do protocolo de intenções para o investimento ficou agendada para abril, em Pequim, durante a próxima reunião dos países que fazem parte do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), com a presença da presidente Dilma Rousseff. A previsão é que as obras comecem em maio. A expectativa é que o pólo inicie as operações em 2012, empregando inicialmente, 300 pessoas – a expectativa é que o número de funcionários possa chegar a mil. Usina. Segundo o acordo, celebrado entre o presidente da empresa, Hu Junlie, representantes de bancos chineses e o secretário de Agricultura, Eduardo Salles, a Chongqing fará três investimentos: uma usina de processamento de soja, com capacidade de esmagamento inicial de 1,5 milhão de toneladas por ano – quase metade da produção anual da Bahia (3,3 milhões de toneladas) –, uma fábrica de fertilizantes e um porto seco, para armazenamento de grãos e integração com a rede de escoamento. “Teremos capacidade inicial de refinar 300 mil toneladas de óleo armazenar 400 mil toneladas de grãos”, diz Junlie. Pelo projeto, os produtos serão escoados pela Ferrovia Oeste-Leste, que ligará a região ao litoral sul baiano e está em construção.

A exportação será feita pelo Porto Sul, que deve ser instalado em Ilhéus, mas ainda está em fase de estudos. O terreno onde o polo será construído, de 100 hectares, foi doado pela Prefeitura de Barreiras e o investimento recebe benefícios fiscais do Programa Desenvolve, do governo estadual. Desde abril do ano passado, a empresa, ligada ao município de Chongqing, um dos maiores da China, anuncia ter intenção não apenas de beneficiar soja no Brasil, mas também de produzir o grão em larga escala no País. Chegou a ser noticiado, nos jornais chineses, que o projeto da empresa era adquirir 200 mil hectares de terras na Bahia, um investimento de cerca de R\$ 1,5 bilhão, para o plantio da soja. Isso garantiria uma produção estimada de 500 mil toneladas anuais. De acordo com o secretário Salles, porém, o investimento em terras não foi considerado no acordo. “Pelo contrário: eles pretendem incentivar os produtores locais, fornecendo a eles adubo e defensivos agrícolas”, afirma “O investimento na fábrica de fertilizantes tem esse objetivo, de fornecer o insumo aos produtores e garantir sua fidelização, já que a indústria vai demandar muita matéria-prima e há outros grandes beneficiadores de soja atuando no Estado, como as multinacionais Bunge e Cargill”, diz o secretário. “O que eles querem – e precisam – é de regularidade na entrega do produto.”

A China importa, anualmente, 40 milhões de toneladas de soja. Nova etapa. Salles afirma que o acordo encerra dois anos de negociações e sinaliza uma nova etapa na agricultura no Estado. “É o início do processo de agroindustrialização da Bahia, um campo com muito potencial de crescimento”, avalia. “Temos a segunda maior produção de algodão do País (1,47 milhão de arrobas projetadas para 2011), mas não temos nenhuma indústria têxtil de grande porte; temos a segunda maior produção de laranja (1,2 milhão de toneladas), mas não temos processadoras. Há muito a avançar nesse campo.”

É bem mais que simbólica a importância da visita do presidente Barack Obama ao Brasil. Seu encontro com a presidente Dilma Rousseff pode abrir uma nova etapa de entendimento político e de parceria econômica benéfica para os dois lados. Já é o recomeço de uma conversa construtiva, interrompida mais de uma vez nos últimos oito anos, quando a diplomacia brasileira trocou o senso prático por uma estratégia fantasiosa de inspiração terceiomundista e claramente antiamericana. A presidente Dilma Rousseff tem dado sinais de pragmatismo e de uma compreensão mais adulta dos interesses nacionais. Em contrapartida, o presidente americano exibe a disposição de elevar o nível da relação econômica bilateral. “É hora”, afirmou, “de tratar o diálogo econômico com o Brasil tão seriamente quanto tratamos com a China e a Índia.” É uma declaração reveladora de como o governo dos EUA tem avaliado, nos últimos anos, o entendimento com os três grandes países emergentes. Bravatas não bastaram para fazer do Brasil um interlocutor tão digno de atenção quanto os outros dois. Produziram, provavelmente, o efeito oposto. Com Dilma, o governo americano de certa forma redescobre o Brasil.

O presidente Obama avançou tanto quanto poderia, no esforço inicial de reaproximação. Em seu discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, falou sobre o compromisso dos dois países com a democracia e mencionou as mudanças políticas, econômicas e sociais do Brasil a partir da redemocratização nos anos 80. A classe média é hoje a maior fração da sociedade brasileira, disse Obama, e as oportunidades se estendem aos moradores das favelas. Foi um discurso calculado para demonstrar não só boa vontade, mas também respeito e admiração a uma sociedade em transformação. Mas o pronunciamento indicou, também, uma percepção nova do País. O esforço de aproximação já havia ficado claro no dia anterior, em Brasília. Segundo o comunicado conjunto, o presidente Obama apoiou uma expansão “limitada” do Conselho de Segurança da ONU e manifestou “apreço” à aspiração brasileira de ocupar nesse organismo um assento permanente. Ficou muito longe do apoio explícito à pretensão indiana. A palavra “apreço” não envolve compromisso, mas é positiva. Os negociadores americanos poderiam ter simplesmente se recusado a fazer qualquer referência ao assunto, mas a declaração aprovada mantém o assunto em aberto. Mas a relação Brasil-EUA envolve questões práticas muito mais importantes para os brasileiros.

A presidente Dilma Rousseff mencionou, em seu discurso de saudação ao visitante, a necessidade de um comércio mais aberto entre os dois países. Lembrou, além disso, a conveniência de uma ação conjunta para a renovação da ordem econômica e financeira mundial. O comércio bilateral tem sido afetado, há muitos anos, por distorções provocadas pela política dos EUA. Essa política afeta as condições de concorrência tanto pelo uso de subsídios quanto pela imposição de barreiras contra a importação. Setores brasileiros com alto poder de competição têm sido prejudicados por essas práticas. O Brasil tem recorrido à OMC, com sucesso, contra práticas americanas consideradas abusivas, mas o governo dos Estados Unidos se recusa a abandonar as políticas condenadas. Os subsídios ao algodão são um exemplo. Essas questões são especialmente importantes, porque envolvem a conquista de mercados, a produção e o emprego.

No Rio, o presidente Obama defendeu a eliminação das barreiras comerciais. Mas a boa vontade não basta. No Congresso americano há forte resistência a novos acordos de liberalização comercial. Quanto ao governo brasileiro, não poderia negociar sem o

MERCOSUL um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, sem antes vencer a oposição da Argentina, mais propensa ao protecionismo. Uma grande oportunidade foi perdida, quando os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner decidiram enterrar o projeto da Alca. Estados Unidos e vários países latino-americanos acabaram fechando acordos bilaterais. O erro brasileiro facilitou a conquista de espaços nos Estados Unidos e na América Latina pelos chineses e outros competidores igualmente pragmáticos. Não há como recuperar as oportunidades perdidas. Mas pode-se voltar ao caminho do bom senso. Os dois lados deram o primeiro passo.

Mais barreiras argentinas – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 22/03/2011

As barreiras argentinas contra produtos brasileiros são cada vez maiores e mais difíceis de transpor. A escalada protecionista iniciada pelo governo da presidente Cristina Kirchner desmoraliza cada vez mais o Mercosul e ainda viola as normas da OMC. A tibieza do governo brasileiro estimula novos abusos, como se a tolerância à violação das boas normas comerciais fosse uma condição essencial à sobrevivência do Mercosul.

Essa avaliação, já adotada no governo Lula, é um erro grave. Quanto maior a aceitação de restrições comerciais, mais fraco se torna o bloco regional e menores as suas possibilidades de ação no mercado global. Desde o começo do ano o governo argentino ampliou de 400 para 600 os produtos sujeitos à licença prévia de importação. A medida atinge indiscriminadamente os produtos do Mercosul e os de fora da região. Barreiras contra os vizinhos são determinadas em Buenos Aires há muitos anos e têm aumentado nos últimos dois anos e meio, desde o agravamento da crise internacional, no segundo semestre de 2008.

Ao oficializar a ampliação da lista, o governo argentino prometeu cuidados para não prejudicar os brasileiros. Além disso, propôs um acompanhamento das condições de comércio por funcionários dos dois países. A promessa de evitar problemas para os brasileiros foi descumprida. As autoridades argentinas foram apenas coerentes com seu estilo habitual de comportamento. O governo brasileiro manteve igualmente seu padrão de passividade em face dos abusos. O governo argentino tem demorado mais de 60 dias para emitir licenças de importação, violando uma norma da OMC. Os governos do Mercosul nem deveriam adotar essas licenças no comércio com os vizinhos. Mas o governo da presidente Cristina Kirchner não só as adota, como ainda ultrapassa o prazo permitido pelos acordos globais de comércio. Máquinas agrícolas brasileiras não chegam à Argentina desde janeiro e alguns exportadores do setor têxtil esperam licenças há cerca de um ano. O licenciamento, no entanto, é só uma forma de barrar a entrada de produtos.

De modo muito mais ostensivo o comércio é dificultado também pela retenção de caminhões na fronteira. O governo argentino tem recorrido a esse expediente com frequência. Ao retardar o ingresso de caminhões, a autoridade alfandegária não só restringe o comércio, como também eleva arbitrariamente o custo de cada operação. Além disso, a demora na liberação das mercadorias pode impedir a venda na época adequada. A comercialização de roupas depende da estação. Este detalhe foi lembrado por exportadores

brasileiros no ano passado, diante da demora na concessão das licenças. Neste ano, as barreiras estão dificultando a entrega de produtos de chocolate para a Páscoa.

O governo argentino resolveu também aumentar a aplicação de sobretaxas a produtos brasileiros, alegando a prática de dumping, isto é, a concorrência desleal, baseada em preços inferiores aos considerados normais no mercado. Taxas antidumping foram aplicadas a algumas indústrias e outras estão em estudo. Sobre taxas desse tipo são usadas frequentemente no comércio internacional. Com frequência, porém, a cobrança de direitos antidumping é baseada em argumentos distorcidos e atende apenas a interesses protecionistas, como já foi mostrado em muitos processos na OMC.

No caso da Argentina, o recurso frequente a medidas protecionistas desmoraliza qualquer alegação de dumping, especialmente contra produtos brasileiros. Protecionismo é a grande especialidade revelada até agora pela ministra da Indústria, Débora Giorgi. Mas ela não está sozinha na execução dessa política. É auxiliada pelo secretário do Comércio Interior, Guillermo Moreno, perito na fabricação de índices de inflação favoráveis ao governo especialista em pressionar importadores para deixarem de comprar produtos brasileiros. Quanto ao governo brasileiro, sua especialidade, nessa área, tem sido a tolerância à imposição de barreiras a produtos brasileiros pelos governos da região.

Mercosul –20 anos que transformaram o Cone Sul – Héctor Timerman, Antonio Patriota, Jorge Lara Castro e Luis Almagro – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 26/03/2011

Há exatos 20 anos, em 26 de março de 1991, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinavam o Tratado de Assunção, instrumento fundador do Mercosul. A criação do Mercosul acompanhou a tendência de formação de blocos regionais que caracterizava o cenário internacional no início da década de 1990. Constituiu parte importante de uma resposta ao desafio de encontrar novas formas de inserção de nossas economias no mundo.

Mas o projeto consagrado no Tratado de Assunção vai, desde a origem, além da dimensão econômico- comercial – em si mesma muito relevante. Nossos países viviam, em 1991, um duplo reencontro: com a democracia e com sua própria vizinhança. O Mercosul é também a expressão desse reencontro. É a demonstração da capacidade conjunta dos quatro países de sobrepor a diferenças do passado uma agenda compartilhada de valores e interesses comuns. Nos 20 anos transcorridos desde a fundação do Mercosul, as relações entre nossos países se transformaram profundamente. Consolidamos relações de confiança mútua, aprofundamos nossos canais de diálogo político e estreitamos os nossos laços de cooperação em diferentes domínios.

No plano econômico, os avanços são particularmente eloquentes. Em 1991, nosso comércio somava US\$4,5 bilhões. Em 2010, o volume das trocas multiplicou-se por dez, alcançando US\$ 45 bilhões. Avançamos em temas sensíveis como a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), o Código Aduaneiro e disciplinas comerciais comuns, cujo acordo parecia distante em outros momentos, o que nos estimula a encarar com grande confiança novos desafios, como a integração produtiva, a integração energética, o livre trânsito, a superação das assimetrias e a evolução permanente da institucionalidade. Esse dinamismo e o crescente entrelaçamento das economias do bloco

nos tornaram mais fortes, como demonstrou a nossa capacidade de reagir à crise econômica internacional desencadeada em 2008.

No ano passado, os países do Mercosul cresceram, em média, mais de 8%. Em duas décadas, caminhamos para um sistema em que os países do Sul ganham maior relevância. E reforça-se, com isso, a importância do Mercosul como instrumento para a construção de um futuro de crescente prosperidade para nossa região. Assim como em 1991, precisamos repensar, hoje, nosso lugar no novo contexto internacional. Temos todas as condições de enfrentar esse desafio com otimismo.

O Mercosul – como o conjunto da América do Sul – é um espaço de paz e democracia. É uma potência energética em expansão e corresponde ao território agrícola mais produtivo do mundo. Encerra um mercado consumidor significativamente ampliado por políticas consistentes de inclusão social. Atrai o interesse crescente de parceiros extrarregionais, como demonstra a participação na Cúpula de Foz do Iguaçu, em dezembro de 2010, de altos representantes de parceiros geograficamente distantes como Austrália, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Palestina, Síria e Nova Zelândia. Diversas iniciativas que estão sendo tomadas no bloco têm servido ao imperativo de implementar a agenda cidadã priorizada por nossos países.

Estamos determinados a caminhar para um verdadeiro estatuto da cidadania do Mercosul, que consolide e dê visibilidade às mudanças graduais, porém profundas, que já vêm ocorrendo na vida de muitos dos nossos cidadãos. Turistas que viajam pela América do Sul sem o passaporte, pessoas que obtêm com facilidade residência permanente em outro país do Mercosul, pessoas que vivem no outro lado da fronteira e unificam o tempo de trabalho para aposentadoria, estudantes e docentes que transitam entre escolas e universidades dos quatro países: para esses já é sensível a diferença que faz o Mercosul. Trata-se de progressos com grandes consequências. Quando as sociedades se apoderam de uma ideia – a ideia da integração –, ela ganha vida própria, transcende a vontade de um ou outro governo e se torna irreversível.

Dessa forma, ao completar 20 anos, nosso processo de integração alcança um patamar mais elevado de maturidade. Exemplo contundente dessa maturidade é o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que tem hoje quase US\$ 1 bilhão, voltado para reduzir diferenças de desenvolvimento entre os sócios. Os recursos do Focem estão construindo estradas, linhas de transmissão e redes de saneamento básico. Estão reformando escolas e construindo moradias. Ajudarão pequenas e médias empresas a aproveitar as oportunidades trazidas pela integração. Contribuirão para reduzir assimetrias que, no limite, nos enfraquecem a todos. O Mercosul trouxe uma nova visão de nossos países a respeito de si mesmos e de sua inserção no mundo. Já podemos falar de uma “geração Mercosul”, que sabe que o desenvolvimento de cada sócio é indissociável do desenvolvimento dos demais. Quer pela troca contínua de experiências, quer pela definição de políticas de alcance regional, o Mercosul tem servido para tecer uma teia de solidariedade envolvendo diversos âmbitos de nossas sociedades. Devemos seguir aperfeiçoando o Mercosul, a partir da compreensão daquilo que ele tem de singular. Aproveitemos a data, portanto, para refletir a respeito do sólido patrimônio acumulado ao longo desse processo. Patrimônio sobre o qual cabe continuar trabalhando, em nome de sociedades cada vez mais democráticas, prósperas e justas. *
RESPECTIVAMENTE, MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ARGENTINA, DO BRASIL, DO PARAGUAI E DO URUGUA

Mercosul faz 20 anos sem comemorar – Ariel Palacios – Economia – O Estado de São Paulo – 26/03/2011

No âmbito comercial, bloco teve algum avanço, mas as divergências são muito evidentes entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai “Tomaram a rara resolução de ser razoáveis. Resolveram esquecer as diferenças e intensificar as afinidades.” A frase, no poema *Os Conjurados*, do escritor argentino Jorge Luis Borges, referia-se à formação da Confederação Suíça. Mas poderia ser também aplicada à criação no dia 26 de março de 1991 do Mercado Comum do Sul, ou Mercosul, bloco comercial formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Na primeira década, o otimismo sobre a integração era intenso e – além de uma liberação total do comércio intra zona – planejava-se um Parlamento regional com amplas atribuições eleito pelo voto direto. Até sindicatos dos quatro países avaliavam greves conjuntas. “Eram tempos nos quais falava-se em projetos como unidades militares combinadas entre os países, moeda e passaportes únicos e embaixadas conjuntas. Mas essas coisas não foram concretizadas”, disse ao **Estado** o analista Rosendo Fraga, diretor do Centro de Estudos Nueva Mayoría.

Mas, depois de 20 anos, as diferenças floresceram e atrasaram a integração. As exportações totais do Mercosul no período passaram de US\$46 bilhões (dos quais, intrazona, 9%) em 1999 para US\$ 280,4 bilhões em 2010 (intrazona, 15,7%). No entanto, paralelamente ao crescimento comercial, as medidas protecionistas entre os sócios do Mercosul tornaram-se frequentes, gerando momentos críticos nos quais corriam rumores do iminente fim do bloco.

O bloco também favoreceu a transnacionalização de empresas brasileiras e argentinas e o desenvolvimento do agronegócio e de diversos setores industriais em ambos lados da fronteira. Ainda assinou acordos de livre comércio com Israel, além de tratados de preferências fixas com Índia e África do Sul. Além disso, mantém negociações, embora atravancadas, com a União Europeia. No âmbito democrático, o Mercosul foi crucial em 1999 e 2000 para impedir golpes de Estado no Paraguai. Pequenos. Enquanto os sócios grandes (Brasil e Argentina) engalfinham-se com frequência em conflitos comerciais, os pequenos (Paraguai e Uruguai) reclamam das barreiras dos vizinhos.

“O entusiasmo como Mercosul oscilou muito ao longo desses 20 anos”, afirmou o cientista político uruguaio Adolfo Garcé, do Instituto de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais de Montevideu. “Os uruguaios passaram do otimismo ao ceticismo. Em meados desta década, muitos queriam passar por cima do Mercosul e fazer um acordo de livre comércio com os EUA. Atualmente, consideram que o Mercosul pode valer a pena pelo Brasil, país com crescimento sustentável. E menos pela Argentina, país marcado pela instabilidade crônica.” Enquanto no Uruguai o ceticismo vai e vem, no Paraguai tem sido persistente.

A opinião pública considera que o bloco não conseguiu ainda a livre circulação total de bens e serviços nem a eliminação de barreiras alfandegárias. Leila Raschid, ex-chanceler do Paraguai (2003-2006) disse que “na União Europeia, os países mais beneficiados foram os pequenos. Mas, no Mercosul, os menores foram os mais prejudicados”. Calcanhar de Aquiles. A entrada da Venezuela como sócio pleno do Mercosul é um dos debates que agitam o bloco. Em 2004, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, pediu para fazer parte do grupo. Nos anos seguintes, Argentina, Brasil e Uruguai aprovaram a entrada do país. Mas, sua aprovação final está pendente no Senado do Paraguai, que há dois anos adia a votação.

Mercosul – ou vai ou racha- O Estado de São Paulo – Opinião – Paulo Nicola Venturelli , Pedro de Camargo Neto e Renato Henz

No momento em que o Mercosul comemora 20 anos, infelizmente, convive com crises diárias no comércio Brasil-Argentina, é obrigatória uma profunda reflexão sobre a integração entre os quatro países.

O fortalecimento do Mercosul teria importante efeito positivo para a região, ampliando sua inserção nos fluxos do comércio mundial, principalmente como provedor imbatível de cereais, oleaginosas e proteína animal.

Por outro lado, o bloco se apresenta como demandante no mercado de insumos e de investimento em infraestrutura, tendo em vista a movimentação dessa produção e de seus insumos e equipamentos, cuja fabricação se encontra distribuída pelo subcontinente. Na eventualidade de uma rejeição a este processo de aprofundamento por parte de algum de seus membros, seria preciso avaliar alternativas. O que se deseja, porém, é o sucesso deste processo.

O Mercosul precisa avançar com novos acordos de livre comércio, em primeiro lugar com os demais países da América do Sul. Estes são importantes mercados para nossos produtos manufaturados. Estamos sofrendo pressões concorrenciais e desvios dos fluxos de comércio para a China ou mesmo para o México, país que tem acordos de livre comércio com quase todos os países da região. Os EUA também têm acordos de livre comércio com o Chile e o Peru.

Em futuro próximo, existe a perspectiva de a União Europeia, que já tem tratado de livre comércio com o Chile, concluir acordos que já vem negociando com o Peru e a Colômbia. O Mercosul não pode ficar parado.

Considerando que qualquer negociação a ser empreendida pelo Brasil deve ser feita de forma conjunta como Mercosul, deve-se ter em conta as dificuldades que esse fato impõe a qualquer avanço em futuras negociações comerciais. O aprofundamento exigirá, entre outras medidas, a revisão e a eliminação das exceções à Tarifa Externa Comum para se chegar à livre circulação de bens e serviços.

No Brasil, vários setores da indústria exercem pressão para serem excluídos de acordos comerciais. Na Argentina, vive-se uma volta a um passado mítico, com a reintrodução de prática do tipo populista. No vizinho, a política macroeconômica é consubstanciada em forte transferência de renda, via impostos à exportação, do setor rural e da agroindústria para os setores urbanos. E a reativação de programas de substituição de importações, inclusive, viola regras do Mercosul.

O Paraguai e o Uruguai têm pautas de exportação concentradas em poucos produtos agrícolas e em um ou outro produto manufaturado. O aprofundamento ou, melhor dizendo, o resgate das origens do Mercosul exige profunda e forte liderança do Brasil, que, acreditamos, teria força econômica e política suficiente para mudar o atual comportamento dos vizinhos nesta questão, uma vez que todos os países necessitam de capitais e de um mercado externo dinâmico, em particular para produtos agroindustriais, para dar continuidade ao seu desenvolvimento.

O mais importante, no entanto, é o Brasil mudar sua atitude e, nessa mudança, fazer com que a Argentina o acompanhe. As dificuldades políticas nas negociações impostas por setores que não desejam ser incluídos nos acordos buscados pelo Mercosul poderiam ser resolvidas de uma maneira direta e clara. Por um lado, não se aceitaria a exclusão de qualquer setor econômico das negociações, sob qualquer alegação. Em troca, se assumiria o compromisso de que, em todos os acordos, haveria cláusulas

de salvaguardas.

O Mercosul, como parte de um projeto político latino-americano, não pode bloquear ou ser justificativa de bloqueio aos necessários avanços no processo de integração global em seus aspectos econômicos e comerciais.

*

RESPECTIVAMENTE, ECONOMISTA, EX-COORDENADOR DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA); PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA PRODUTORA E EXPORTADORA DE CARNE SUÍNA (ABIPECS); E ECONOMISTA DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA DO MAPA

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa